

RAÍZES DA

TEOLOGIA  
CONTEMPORÂNEA



HERMISTEN MAIA  
PEREIRA DA COSTA



*Raízes da Teologia Contemporânea*, de Hermisten Maia Pereira da Costa © 2004 Editora Cultura Cristã. Todos os direitos são reservados.

1ª edição 2004 – 3.000 exemplares

2ª edição 2018 – 3.000 exemplares

#### Conselho Editorial

Antônio Coine  
Carlos Henrique Machado  
Cláudio Marra (*Presidente*)  
Filipe Fontes  
Heber Carlos de Campos Jr  
Marcos André Marques  
Misael Batista do Nascimento  
Tarcízio José de Freitas Carvalho

#### Produção Editorial

*Revisão*  
Sebastiana Gomes de Paula  
Wilton Lima  
Cíntia Vasconcellos  
*Editoração*  
Gilson da Silva Oliveira Filho  
*Capa*  
Lucas Gonçalves

---

C837r Costa, Hermisten M. P.  
*Raízes da Teologia Contemporânea* / Hermisten Maia Pereira da Costa. \_ São Paulo: Cultura Cristã, 2018, 2ª ed.  
496 p.

ISBN 978-85-7622-744-1

1. Teologia Contemporânea 2. Filosofia 3. História da Teologia  
I. Título

CDD 21 ed. - 230.02

---

A posição doutrinária da Igreja Presbiteriana do Brasil é expressa em seus “símbolos de fé”, que apresentam o modo Reformado e Presbiteriano de compreender a Escritura. São esses símbolos a *Confissão de Fé de Westminster* e seus catecismos, o *Maior* e o *Breve*. Como Editora oficial de uma denominação confessional, cuidamos para que as obras publicadas espelhem sempre essa posição. Existe a possibilidade, porém, de autores, às vezes, mencionarem ou mesmo defenderem aspectos que refletem a sua própria opinião, sem que o fato de sua publicação por esta Editora represente endosso integral, pela denominação e pela Editora, de todos os pontos de vista apresentados. A posição da denominação sobre pontos específicos porventura em debate poderá ser encontrada nos mencionados símbolos de fé.



EDITORA CULTURA CRISTÃ

Rua Miguel Teles Júnior, 394 – CEP 01540-040 – São Paulo – SP

Fones 0800-0141963 / (11) 3207-7099 – Fax (11) 3209-1255

www.editoraculturacrista.com.br – cep@cep.org.br



Superintendente: Haveraldo Ferreira Vargas

Editor: Cláudio Antônio Batista Marra



# Sumário

<b>Prefácio</b>	09
<b>Introdução geral</b>	13
Definição	13
Importância do estudo da Teologia contemporânea	13
Considerações metodológicas	14
O divino e o humano na História	16
Documentos e interpretações	18
Os pressupostos e o método	23
A. Maquiavel	24
B. C. S. Lewis	25
C. Jean de Léry	26
D. Meu mundo e tudo o mais	26
<b>PARTE 1 – IDADE MÉDIA</b>	35
Introdução: apontamentos sobre o pensamento medieval	37
Teocentrismo	38
Educação	40
Tempo e sociedade	43
A igreja e o confessorário	54
A. A grande mãe agregadora	54
B. A usura e a confissão	60
C. O confessorário e o poder	61
O indivíduo e a sociedade	62
<b>PARTE 2 – A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO MODERNO</b>	65
<b>Capítulo 1 – O Renascimento</b>	67
Introdução	67
1. Definição	68
2. Renascimento e Humanismo	71
3. Características do pensamento renascentista	73
A. Restauração da cultura clássica	74
B. A instauração do novo	85



C. Síntese do cristianismo com a cultura clássica	86
D. A valorização do homem	90
<b>Capítulo 2 – A Reforma Protestante</b>	97
1. Suas origens	97
2. A Reforma como movimento religioso	99
3. A Reforma e o Humanismo-renascentista	103
4. A Reforma e a propagação das Escrituras	106
5. A Reforma e a educação	111
A. Lutero	111
B. Calvino	115
a. A formação de Calvino	115
b. A conversão de Calvino	120
c. Calvino como humanista	123
6. A Reforma e o trabalho	149
A. Definição	149
B. Algumas perspectivas históricas e filosóficas	150
C. A perspectiva de Calvino	158
a. Trabalho, poupança e frugalidade	167
b. Fundamentos da nossa ética	168
c. O comportamento cristão na riqueza e na pobreza	172
<i>Em tudo devemos contemplar o Criador,</i>	
<i>e dar-lhe graças</i>	173
<i>Usemos deste mundo como se não usássemos dele</i>	175
<i>Suportemos a pobreza; usemos moderadamente</i>	
<i>da abundância</i>	176
<i>Somos administradores dos bens de Deus</i>	178
<i>Socorro e oração</i>	185
<i>Uma advertência geral</i>	185
D. O trabalho no Brasil: anotações fortuitas	187
E. Considerações pontuais	189
7. A relevância das Escrituras no sistema reformado	192
A. João Calvino: o exegeta da Reforma	193
B. A Confissão de Westminster	227
a. Introdução	227
b. Autoridade interna	230
c. Autoridade hermenêutica	231
d. Autoridade norteadora	233
e. Autoridade para nos conduzir a Deus	236
f. Autoridade para julgar a nossa Teologia	238
g. Autoridade completa	238
h. Autoridade escrita final	239

8. A adoração conforme Calvino: uma perspectiva teocêntrica	240
A. Sacramento: a Santa Ceia	245
B. Cânticos	253
C. Culto como profissão de fé	263
9. Anotações finais sobre o Calvinismo	270
<b>Capítulo 3 – O Pensamento Moderno</b>	279
1. A Filosofia	280
A. O que é filosofar?	280
B. A Filosofia moderna	280
a. Autonomia da Filosofia	280
b. O pluralismo das perspectivas filosóficas	281
c. O progressivo desinteresse pela metafísica	281
2. A Ciência	283
A. Tipos de conhecimento	284
B. Compromisso e limite da Ciência	286
C. A Ciência: sonho e trabalho	289
D. Ciência e religião no pensamento moderno	290
E. A <i>moderna</i> Ciência moderna	303
F. O Deus soberano: o <i>principium essendi</i> de todo conhecimento	305
<b>Capítulo 4 – A ortodoxia protestante</b>	311
1. Definindo termos	311
2. Conceituando	313
3. Elementos geradores	316
A. A educação formal da época	316
B. A controvérsia protestante	318
C. A confiança na razão	319
D. A preservação da sã doutrina	319
E. “A fé explícita”	321
<b>Capítulo 5 – O Pietismo</b>	333
Introdução: os jesuítas, Trento e a Contrarreforma	333
1. Características do pietismo	338
2. Spener e a experiência religiosa	340
A. Vida	341
B. Obras	343
C. Pontos enfatizados	343
3. Francke: erudição, piedade e missão para a glória de Deus	344
4. A influência do pietismo	346
A. Ziegenbalg e Plütschau	346
B. Nicolau L. von Zinzendorf	347
C. O “contágio” pietista	348
5. Anotações finais	354

<b>Capítulo 6 – O Iluminismo</b>	357
<b>PARTE 3 – O ILUMINISMO E O LIBERALISMO TEOLÓGICO DO SÉCULO 19</b>	361
<b>Capítulo 7 – Liberalismo Teológico</b>	363
1. Definição de Liberalismo Teológico	363
2. A influência iluminista sobre a Teologia	363
3. Inspiradores contemporâneos do liberalismo	364
A. Kant (1724-1804)	364
a. Noúmeno e fenômeno	364
b. Gnoseologia: racionalismo ou empirismo?	366
B. Hegel (1770-1831)	369
a. Método dialético	370
b. O espírito cósmico	371
4. Áreas de influência do iluminismo sobre a Teologia	371
A. Historicismo	372
B. Cientificismo	372
C. Subjetivismo religioso	373
D. Antropocentrismo	375
E. Racionalismo	376
F. Toleracionismo	377
G. Otimismo	380
H. Ética	380
I. Crítica	381
a. Três críticos do século 18 que influenciaram a Teologia crítica do século 19	382
<i>Johann S. Semler (1725-1791)</i>	382
<i>Hermann S. Reimarus (1694-1768)</i>	384
<i>Gotthold Efraim Lessing (1729-1781)</i>	386
b. A crítica bíblica: dois personagens	388
<i>Julius Wellhausen (1844-1918)</i>	388
<i>F. C. Baur (1792-1860)</i>	389
c. Principais “biografias” de Jesus	391
J. Autonomia	392
K. Harmonia	393
<b>ADENDOS</b>	395
1. Cristianismo e Filosofia	397
2. O Amyraldianismo	402
3. A Reforma Pombalina	407
A. O Iluminismo e a Reforma Pombalina	407
B. O sistema religioso no Brasil em 1810	418

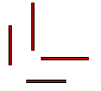


<b>RAÍZES DA TEOLOGIA CONTEMPORÂNEA</b>	<b>7</b>
a. A ausência protestante	418
b. As primeiras aberturas jurídicas	419
c. Os tratados de 1810	419
d. A Constituinte de 1823 e a Constituição de 1824	423
C. Fatores que contribuíram para a tolerância religiosa	431
a. O Iluminismo português	431
b. A necessidade de mão de obra	432
c. A situação do clero	434
d. A tradição liberal do Brasil	442
D. O alheamento entre o catolicismo pós-pombalino e o Vaticano	452
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>455</b>









## Prefácio

A publicação deste livro causa-me alegria e temor. Temor por saber que o assunto tratado é de uma grande abrangência com toda a sua complexidade envolvendo diversos setores do saber que, por sua vez, englobam outros com estudos cada vez mais específicos. O nosso trabalho quando muito tem a pretensão de estabelecer uma linha de relações e correlações entre alguns dos diversos pensamentos que contribuíram para a formação da Teologia do Século 20. Naturalmente um trabalho como este não contempla todos os sistemas nem dá a cada um deles o tratamento que os eruditos em cada área gostariam. Contudo, mesmo reconhecendo o problema e as críticas que virão, não temos muitas opções. Toda linha seguida envolve uma escolha que nem sempre parece ao outro ter a objetividade devida; corro esse risco, aguardando outros trabalhos mais completos que inevitavelmente virão.

A alegria está relacionada não só com o produto final, mas com o modo como foram elaboradas essas notas. Há 20 anos trabalho com esse assunto; isto indica mais lentidão do que profundidade. Em 1984, professor do então Seminário Presbiteriano do Sul – Extensão de Belo Horizonte (atual Seminário Presbiteriano Rev. Denoel Nicodemos Eller) fui convidado para lecionar a disciplina Teologia Contemporânea. Na ocasião delineei os traços principais deste livro que pouco mudou em termos de itinerário. Nesse mesmo ano, continuando o que vínhamos fazendo, promovemos alguns Seminários naquela Instituição. Então realizamos o Segundo Seminário de Teologia Contemporânea (21-22/09/84), evento no qual participaram como palestrantes os então alunos: David da Cunha, Carlos Del Pino, José Carlos Ribeiro, René Alves Stofel e o Rev. Ludgero Bonilha Morais, que encerrou o evento com a palestra que lhe fora sugerida: Teologia contemporânea: um desafio para a Teologia Reformada. Procurando minhas anotações encontrei um esboço da minha palestra de 12 páginas ministrada no início do Seminário: Elementos precursores da Teologia do Século 20. Iniciei a palestra assim:

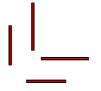


Podemos traçar “divisores de águas” dentro da Teologia, como também o fazemos na Filosofia; contudo, o elemento que, na minha opinião, é o mais evidente para dividir o antes e o depois da História da Teologia, é a Reforma Protestante do século 16... Inicialmente, comecei a formular minha conferência partindo do contexto cultural da Reforma e, até mesmo dos elementos precursores dela e, depois, analisando os principais sistemas e pensadores da Reforma até o início do século 20; contudo, logo que cheguei ao século 18, percebi que meu intento era utópico em relação ao tempo de que dispunha... Entendi que a forma que pretendia dar à minha conferência seria viável para um curso, mas não para 60 minutos de exposição... Por isso, mudei a forma e, apesar de começar do Humanismo do século 14, posso garantir que não discorrerei de forma sistemática sobre os pensadores que existiram desde então... Todavia, me reporto ao século 14 para tomar como ponto de partida uma nova concepção de vida e de novos valores, pois isto tudo tem influência direta não somente sobre a Teologia mas, também, sobre todos os ramos do saber; por isso, veremos agora quais foram os princípios que passaram a reger a mentalidade do homem renascentista; quais as características desse período...

Continuei lecionando a disciplina nos anos posteriores, passando desde 1985 até o presente a ministrá-la no Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição em São Paulo, Capital.

No período de 28 a 31 de julho de 1986, participei como um dos preletores do Primeiro Encontro de Professores do Seminário Presbiteriano do Sul e Extensões, evento realizado em Campinas, no Seminário Presbiteriano do Sul. Na ocasião falei sobre o mesmo tema tratado em Belo Horizonte; a introdução é basicamente a mesma e o texto, ainda que mais robusto (17 p.), continua com os mesmos princípios norteadores. Na ocasião contei com o apoio e sugestões de experientes e competentes mestres como o Rev. Oadi Salum, meu antigo professor no Seminário Presbiteriano do Sul, Rev. Jair Alvarenga, Rev. Thiago Rocha e Rev. Dante Sarmiento de Barros, estes três da Extensão do Seminário de Campinas que funcionava no Rio de Janeiro.

Hoje, quase 20 anos depois, os mesmos princípios orientam este livro; a diferença reside nos anos e nas oportunidades que Deus nos concedeu de pesquisar nos retalhos de tempo que tive entre família, igreja e Seminário. Obviamente sou devedor a mais pessoas do que sou capaz de lembrar. Notadamente nos últimos 19 anos tenho lecionado esta matéria no Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição; sem dúvida nenhuma meus alunos têm sido grandes colaboradores tanto desse como de quase todos meus trabalhos, através de perguntas, críticas, sugestões e correções. Sou extremamente grato a todos eles.



Deste modo, responsabilizando-me pelos eventuais equívocos e omissões existentes tomo a liberdade de compartilhar com o leitor o resultado de minhas pesquisas que, evidentemente não sendo finais, talvez possam contribuir para que outros continuem de forma aperfeiçoante e corretiva o que fizemos dentro de nossos poucos recursos e limitações. A Deus seja a Glória.

São Paulo, 15 de novembro de 2003.  
Rev. Hermisten Maia Pereira da Costa





Dedico este livro aos meus mestres:

Rev. Paulo Viana de Moura, quem primeiramente me iniciou no campo da leitura.

Rev. Oadi Salum, quem me estimulou a prosseguir, sendo ele mesmo um exemplo que sempre me fascinou.

Rev. Alceu Davi Cunha, que mesmo não sendo meu professor formal, foi e continua sendo aquele que tem me ensinado a responsabilidade ética de um Ministério comprometido com a Palavra.

Rev. Boanerges Ribeiro (1919-2003), com quem tive a honra de estudar, trabalhar e conviver. Através de sua genialidade, simplicidade e piedade prática, pude rever conceitos, lapidar conhecimentos e aprender mais do que consigo perceber. Em sua erudição e simplicidade, pude ver a sua preocupação constante com as suas ovelhas, sempre atento às suas necessidades, para as quais ele ministrava de forma eficaz o remédio santo: A Palavra de Deus. No Reverendo, como era respeitosa e carinhosamente chamado, vi personificado o significado de um Homem Reformado.





# Introdução geral

Quando o teólogo sistemático ensina história, ele tem de expressar o que pensa das coisas. Não pode se limitar a enumerar fatos como se estivesse seguindo um manual – Paul Tillich.<sup>1</sup>

O teólogo pode bem se comprazer na deleitosa tarefa de descrever a religião descendo do céu revestida de sua pureza natural. Ao historiador compete um encargo mais melancólico. Cumpre-lhe descobrir a inevitável mistura de erro e corrupção por ela contraída numa longa residência sobre a terra, em meio a uma raça de seres débeis e degenerados – Edward Gibbon.<sup>2</sup>

## DEFINIÇÃO

Teologia contemporânea é o estudo analítico-crítico das manifestações teológicas surgidas após a Reforma e, em geral, contrárias ao sistema dela.

Isso não significa que a Teologia contemporânea tenha como escopo, por exemplo, o catolicismo, não; na realidade ela estuda, com evidente maior ênfase, a “Teologia protestante” proveniente da Reforma, especialmente aqueles teólogos e/ou movimentos que seguiram caminhos, que contradisseram – ainda que parcialmente – o pensamento e o espírito da Reforma, exercendo uma influência decisiva no desenvolvimento teológico, quer “ortodoxo”, quer não.

## IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA TEOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Num primeiro momento, o estudo dessa disciplina poderá parecer ao estudante algo tedioso e enfadonho; todavia, ao compreender a sua relevância e a sua relação com o nosso pensamento teológico e prática hodiernos, poderemos verificar que muito do que aceitamos ou refutamos tem a ver, direta ou indiretamente, com os postulados teológicos que permearam a

<sup>1</sup> Paul Tillich, *Perspectivas da Teologia protestante nos séculos 19 e 20*. São Paulo: Aste, 1986, p. 44.

<sup>2</sup> Edward Gibbon, *Declínio e queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1989, p. 195.



História, de modo especial, após o Renascimento e a Reforma do século 16.

Assim considerando, pretendemos apresentar, de modo indicativo, alguns elementos que realçam a importância da análise reflexiva dessa matéria:

- a) Impede a estagnação do estudo da Bíblia;
- b) Fomenta o interesse pelo estudo bíblico e teológico;
- c) Esclarece e fortalece as convicções próprias;
- d) Areja a mente para encontrar novos elementos da Teologia;
- e) Aumenta a cultura teológica;
- f) Faculta o conhecimento dos pontos de vista contrários;
- g) Fornece base para combater os sistemas contrários à Palavra;
- h) Proporciona maior firmeza ao ministro e autoridade naquilo que fala.

Como bem observou Roger Nicole: “Não podemos esperar que o nosso próprio ponto de vista seja recomendado se nos mostramos totalmente ignorantes da posição sustentada por outros”.<sup>3</sup>

i) Ensina-nos a tirar lições importantes, até mesmo daqueles dos quais discordamos;

j) Desperta-nos, muitas vezes, para temas que têm sido negligenciados pelos círculos evangélicos.

### CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Frequentemente, o historiador, por desprezo pela teoria, é joguete inconsciente de teorias implícitas e simplistas – Jacques Le Goff.<sup>4</sup>

Há tantos tipos de história quantas razões sérias para estar interessado no passado, e tantas diferentes técnicas de pesquisa histórica quantos métodos racionais de seguir esses interesses – Quentin Skinner.<sup>5</sup>

Estude o historiador antes de começar a estudar os fatos – Edward Hallet Carr.<sup>6</sup>

Essa atitude positivista radical, que considera todos os pressupostos referenciais como ingenuidade teórica, acaba se tornando, à sua maneira, um positivismo invertido – Carlo Ginzburg.<sup>7</sup>

<sup>3</sup> Roger Nicole, Introdução. In: Stanley N. Gundry, org. *Teologia contemporânea*. São Paulo: Mundo Cristão, 1983, p. 5.

<sup>4</sup> Jacques Le Goff, *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980, p. 15.

<sup>5</sup> Quentin Skinner, *Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo: Editora Unesp/Cambridge University Press, 1999, p. 88.

<sup>6</sup> Edward Hallet Carr, *O que é história?* 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (7ª. reimpressão), p. 59.

<sup>7</sup> Carlo Ginzburg, *Controlando a evidência: o juiz e o historiador*. In: Fernando A. Novais; Rogério F. da Silva, orgs. *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011, v. 1, p. 347.

Quando empregamos a palavra “história” em geral pensamos em um dos três sentidos: a) um acontecimento; b) o relato de algo que aconteceu (considerado verdadeiro ou mesmo fictício); ou c) a ciência que se propõe a relatar o acontecido. Seguindo Huizinga (1872-1945), podemos afirmar que o segundo emprego no sentido positivo é o mais comumente utilizado.<sup>8</sup>

A nossa palavra portuguesa “história” é proveniente do grego ἱστορία (“historía”) que significa: “busca”, “averiguação”, “informação”, “inquirição”, “investigação”, “narração”, “pesquisa”.<sup>9</sup> O verbo ἱστορέω (“historéō”)<sup>10</sup> significa: “narrar”, “aprender por inquirição”, “interrogar”, “buscar”, “descrever”, “explorar”, “recitar”. Em Hipócrates (c. 460-380 a.C.) significa “dar testemunho a”.<sup>11</sup> *Historía* é derivado de “sábio”, “conhecedor”. Ἱστωρ (“*Hístōr*”), por sua vez, é do mesmo radical de οἶδα (“eu sei”).<sup>12</sup> Portanto, o “historiador” (Ἱστωρ) é aquele “que sabe”,<sup>13</sup> “conhece e faz valer esse conhecimento”, é um “conhecedor da lei”, “juiz”.<sup>14</sup>

Jacques Le Goff (1924-2014) oferece-nos mais detalhes a respeito dessas palavras:

A palavra “história” (...) vem do grego antigo *historie*, em dialeto jônico. Essa forma é derivada da raiz indo-europeia *wid-*, *weid*, “ver”. Daí o sânscrito *vettas*, “testemunha”, e o grego *histor*, “testemunha” no sentido de “aquele que vê”. Essa concepção da visão como fonte essencial de conhecimento leva-nos à ideia que *histor*, “aquele que vê”, é também aquele que sabe; *historein* em grego antigo é “procurar saber”, “informar-se”. *Historie* significa, então, “procurar”. É este o sentido da palavra em Heródoto, no início das suas histórias, que são “investigações”, “procuras”.<sup>15</sup>

Platão (427-347 a.C.) utilizou a palavra “História” como o processo de conhecimento, exame;<sup>16</sup> empregando-a também de maneira espiritualosa.<sup>17</sup>

<sup>8</sup> Cf. Johan Huizinga, *El concepto de la Historia y otros ensayos*, 4ª reimpressão. México: Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 89.

<sup>9</sup> Heráclito, *Fragmentos*, 129. In: Damião Berge, *O Logos Heraclítico: introdução ao estudo dos fragmentos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 296; Johan Huizinga, *El concepto de la Historia y otros ensayos*, p. 89-90.

<sup>10</sup> Ocorre uma vez no NT, sendo traduzido por “avistar” (Gl 1.18).

<sup>11</sup> Cf. Herman M. F. Buschseel, Ἱστορέω. In: Gerhard Kittel; G. Friedrich, org. *Theological Dictionary of the New Testament*. Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 1982 (reimpr.), v. 3, p. 391.

<sup>12</sup> Cf. Historia. In: J. Corominas, *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*. Madri: Editorial Gredos, 1954, v. 2, p. 926.

<sup>13</sup> Jean Glénisson, *Iniciação aos estudos históricos*, 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977, p. 13.

<sup>14</sup> Ver Émile Boisacq, *Dictionnaire étymologique de la langue grecque, étudiée dans ses rapports avec les autres langues indo-européennes*. Heidelberg. Paris: Carl Winter’s; Librairie C. Klincksieck, 1916, v. 2, p. 385.

<sup>15</sup> Jacques Le Goff, *História e memória*, 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994, p. 17, analisando a contribuição de Heródoto, intitula o tópico de seu livro de *Heródoto: nascimento do histor*. (François Dosse, *A História*, Bauru, SP: Edusc, 2003, p. 13. Veja também as páginas 213ss.)

<sup>16</sup> Platão, *Fédon*, 96a.

<sup>17</sup> Platão, *Crátilo*, 437b.

No *Fedro*, Platão apresenta a palavra com o sentido de “conhecimento”.<sup>18</sup> Em Aristóteles (384-322 a.C.), o termo denotava uma “informação adquirida mediante busca”.<sup>19</sup>

Ainda que não possamos afirmar com certeza quando a palavra “história” passou a designar a ciência histórica, encontramos os seus indícios em Heródoto (c. 484-420 a.C.)<sup>20</sup> e Aristóteles, que considera a obra de Heródoto como “História”.<sup>21</sup>

Aristóteles, estabelecendo uma distinção entre o trabalho do poeta e do historiador, diz:

Não é ofício de poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa (pois bem que poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser História, se fossem em verso o que eram em prosa) – diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a História, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular.<sup>22</sup>

O trabalho do poeta pode ser mais fascinante, no entanto, a realidade não se constrói do que poderia ter sido, mas sim do que acontece; portanto, precisamos trabalhar com os fatos ou com aquilo que dos “fatos”<sup>23</sup> nos chega às mãos. Além disso, os “fatos” que nos chegam, analisados episodicamente, não fazem sentido, antes, a história é que confere sentido ao fato, à qual ele será incorporado.<sup>24</sup>

## O DIVINO E O HUMANO NA HISTÓRIA

Quanto à *história da igreja*, que se poderia cometer o erro de desprezar, eu devo acrescentar que sua função é enciclopédica: ela tem a honra de ser constantemente requisitada e ocupa um posto legítimo dentro do ensinamento cristão – Karl Barth.<sup>25</sup>

<sup>18</sup> Platão, *Fedro*, 244c.

<sup>19</sup> Cf. Historia. In: José Ferrater Mora, *Diccionario de Filosofía*, 5ª. ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1969, v. I, p. 849.

<sup>20</sup> Ver Heródoto, *História*, I.1; II.19, 34, 99, 118, 119; VII.96.

<sup>21</sup> Cf. Aristóteles, *Poética*. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores, v. IV), 1973, IX, 1451b; Veja, também, Aristóteles, *Arte retórica*, I.4.8 (ver Herman M. F. Buschsel, Ἱστορίαι. In: Gerhard Kittel; G. Friedrich, org. *Theological Dictionary of the New Testament*. Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 1982 [reimpr.], v. III, p. 392-393).

<sup>22</sup> Aristóteles, *Poética*, IX, 1451b. p. 451.

<sup>23</sup> Voltaire (1694-1778) disse que “A História é a narração dos fatos *considerados* verdadeiros” (História. In: Voltaire, *Dicionário filosófico*. São Paulo: Abril Cultural, 1973 [Os Pensadores, XXIII], p. 209 [grifo meu]).

<sup>24</sup> Ver Christopher Dawson, *Dinâmicas da História do mundo*. São Paulo: É Realizações Editora, 2010, p. 386.

<sup>25</sup> Karl Barth, *Esboço de uma dogmática*. São Paulo: Fonte Editorial, 2006, p. 12.



A história da igreja, bem como da Teologia, tem um lado *divino*: Deus dirige a História; e um lado *humano*: os fatos compartilhados por todos nós que a vivemos. Os atos de Deus na História não são objeto de análise do historiador; não somos Lucas, inspirados infalivelmente por Deus, apresentando uma interpretação inspirada.<sup>26</sup> A relação entre a História e a Teologia é extremamente complexa e de difícil interpretação.<sup>27</sup> Além disso, é preciso delimitar a esfera de domínio do historiador e do teólogo. Somos homens comuns, que procuramos estabelecer métodos, examinar documentos, fazer-lhes perguntas e interpretá-los a bem da melhor compreensão possível do que aconteceu. Neste sentido, a História é uma ciência social “cujo objeto é o conhecimento do processo de transformação da sociedade ao longo do tempo”.<sup>28</sup> Ela tem como pressuposto a consciência de determinada ignorância – aliás, a consciência da ignorância é um requisito fundamental para o historiador –, para a qual buscaremos uma solução.<sup>29</sup>

Contudo, não captamos o fato absolutamente; ele, como “conhecimento autêntico e seguro”, sempre nos escapa;<sup>30</sup> temos “vestígios”;<sup>31</sup> compreendemos sim as versões, as nossas versões dos fatos que julgamos serem coerentes com eles. No entanto, há uma interação mutativa: as “evidências” interferem em nossa cosmovisão e esta, por sua vez, fornece-nos novos cânones – provisórios é verdade –, de aproximação das mesmas evidências que, agora, podem já não ser consideradas evidências.

O estudo do passado, se devidamente compreendido, ainda que não exaustivamente, pode nos levar a reavaliar as nossas próprias suposições que, em muitos casos, são “crenças correntes”<sup>32</sup> já tão bem estabelecidas que julgávamos acima de qualquer “suspeita”. O grande historiador contemporâneo Georges Duby (1919-1996) colocou isto de maneira bela e ao mesmo tempo angustiante: “Todo historiador se extenua para conseguir a verdade; essa presa escapa-lhe sempre”.<sup>33</sup>

A história da igreja, por exemplo, é uma ciência que não está atrelada a nenhuma ciência em particular. Como ciência histórica, deve apresentar um quadro histórico e cronológico dos principais fatos da vida da igreja do período analisado. Para que isso seja feito com clareza, tornam-se necessárias

<sup>26</sup> Carson, constatando a secularização na prática e nos discursos, arrematou: “Hoje não existe um departamento de história na terra que aprovaria uma dissertação de doutoramento que tentasse inferir algumas coisas sobre a providência” (D. A. Carson, *O Deus amordaçado: o Cristianismo confronta o pluralismo*. São Paulo: Shedd Publicações, 2013, p. 38-39).

<sup>27</sup> Ver Michel De Certeau, *A escrita da História*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 33ss.

<sup>28</sup> Nelson W. Sodré, *Formação histórica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1962, p. 3.

<sup>29</sup> Ver R. G. Collingwood, *A ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença (s.d.), p. 21.

<sup>30</sup> “O homem sente necessidade absoluta de chegar ao conhecimento autêntico do que verdadeiramente aconteceu, ainda que tenha consciência da pobreza dos meios de que para isso dispõe” (Johan Huizinga, *El concepto de la Historia y otros ensayos*, p. 92).

<sup>31</sup> François Dosse, *A História*. Bauru, SP: Edusc, 2003, p. 7.

<sup>32</sup> Ver Quentin Skinner, *Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo: Editora Unesp/Cambridge, 1999, p. 90.

<sup>33</sup> Georges Duby, O prazer do historiador. In: Pierre Nora, et. al. *Ensaio de Ego-História*. Lisboa: Edições 70 (1989), p. 110.

fontes documentais, nas quais possamos nos basear para exaurir as informações de cada época, a fim de formular um quadro interpretativo coerente com os documentos disponíveis.

### DOCUMENTOS E INTERPRETAÇÕES

Alguns indivíduos são mais atraídos pelo exótico do que outros, mas todos eles domesticam suas descobertas por meio de um processo de reinterpretação e recontextualização. Em outras palavras, leitores, ouvintes e observadores, são apropriadores e adaptadores ativos, em vez de receptores passivos – Peter Burke.<sup>34</sup>

No início de sua obra, Tucídides (c. 465- c. 395 a.C.), o “pai da história científica”, adverte aos seus leitores quanto à seriedade e objetivo de sua história:

Pode acontecer que a ausência do fabuloso em minha narrativa pareça menos agradável ao ouvido, mas quem quer que deseje ter uma ideia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará a minha história útil e isto me bastará. Na verdade, ela foi feita para ser um patrimônio sempre útil, e não uma composição a ser ouvida apenas no momento da competição por algum prêmio.<sup>35</sup>

O historiador assemelha-se a um arqueólogo<sup>36</sup> que se envolve existencialmente<sup>37</sup> com o passado, buscando, por meio dos documentos, compreender<sup>38</sup> o sentido do vivido, acontecido, sabendo, contudo, que os fatos nunca lhe parecerão como foram percebidos pelos contemporâneos.<sup>39</sup> Acontece que esta

<sup>34</sup> Peter Burke, *As fortunas d'O cortesão: a recepção europeia ao cortesão de Castiglione*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, p. 14.

<sup>35</sup> Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1982, Livro I, Cap. 22. Quanto à metodologia de Tucídides, antigo admirador e, depois, detrator de Heródoto, ver François Dosse, *A História*. Bauru, SP: Edusc, 2003, p. 20-26.

<sup>36</sup> Posteriormente, encontrei essa expressão em Skinner, que afirma: “Um papel correspondente para o historiador do pensamento é o de agir como um tipo de arqueólogo, trazendo de volta para a superfície tesouros intelectuais enterrados, limpando sua poeira e possibilitando-nos reconsiderar o que pensamos dele” (Quentin Skinner, *Liberdade antes do Liberalismo*, p. 90).

<sup>37</sup> “A história é uma aventura espiritual em que se compromete toda a personalidade do historiador. Para tudo dizer numa palavra, ela é dotada, para ele, de um valor existencial, é daí que recebe a sua seriedade, a sua significação e o seu valor” (H. I. Marrou, *Do conhecimento histórico*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes [s.d.], p. 183).

<sup>38</sup> “Uma palavra, para resumir, domina e ilumina nossos estudos: ‘compreender’. Não digamos que o historiador é alheio às paixões; ao menos, ele tem esta. Palavra, não dissimulemos, carregada de dificuldades, mas também de esperanças. Palavra, sobretudo, carregada de benevolência. É cômodo gritar ‘à força’. Jamais compreendemos o bastante” (Marc Bloch, *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 128).

<sup>39</sup> Ariès relembra uma história contada por Lucien Febvre a respeito do Rei Francisco I da França que após passar uma noite nos braços da amante, voltando para o seu castelo ouve um sino na igreja. Emocionado,

busca comprometida passa por uma seleção<sup>40</sup> e interpretação<sup>41</sup> – e estas são ditadas em grande parte pelo critério de “importância”, que, diga-se de passagem, varia extremamente de cultura para cultura e, também, dentro de cada período histórico –; por isso que ao historiador não cabe apenas recontar – considerando que a precisão do “acontecido” deve ser uma obrigação –,<sup>42</sup> mas interpretar, dar forma,<sup>43</sup> analisar, julgar, conjecturar,<sup>44</sup> emitir o seu juízo de valor, tentando pôr-se no lugar dos personagens, esforçando-se por entender a sua maneira de pensar<sup>45</sup> e, conseqüentemente, de ver o mundo.<sup>46</sup> Daí a relevância do “esquecimento” neste processo: “Quando nos aproximamos de um pensamento que não é o nosso se torna importante tentar esquecer aquilo que sabemos ou pensamos saber”.<sup>47</sup> Para que possamos “atualizar” a história é necessário assimilar de forma compreensiva o modo de pensar, de raciocinar e de perceber a realidade daqueles a quem estudamos.

Desse modo a História adquire sempre um sentido de contemporaneidade, já que o passado é visto pela óptica do presente dentro de uma perspectiva de interesse atual.<sup>48</sup> Portanto, o historiador é sempre um ser ativo em

---

entrou na igreja para assistir a missa e orar devotamente. Relembra outro caso a respeito de Margarida de Navarra, irmã de Francisco I, que escrevia uma coletânea de textos licenciosos (*Heptamerão*) e outra coletânea de poemas espirituais (*O espelho de uma alma pecadora*), “sem escrúpulos exagerados”. Ariès conclui: “Certas coisas, portanto, eram concebíveis, aceitáveis, em determinada época, em determinada cultura, e deixavam de sê-lo em outra época e em outra cultura. O fato de não podermos mais nos comportar hoje com a mesma boa-fé e a mesma naturalidade de nossos dois príncipes do século 16, nas mesmas situações, indica precisamente que interveio entre elas e nós uma mudança de mentalidade. Não é que não tenhamos mais os mesmos valores, mas que os reflexos elementares não são mais os mesmos” (Philippe Ariès, *A história das mentalidades*. In: Jacques Le Goff, ed. *A História nova*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [2ª Tiragem], p. 154). Veja também Lucien Febvre, *O problema da descrença no século 16*. Lisboa: Editorial Início, 1970, p. 118ss.

<sup>40</sup> Carr acentua que “o historiador é necessariamente um selecionador” (Edward Hallet Carr, *O que é história?*, 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 [7ª reimpressão], p. 48). Marc Bloch: “Assim como todo cientista, como todo cérebro que, simplesmente, percebe, o historiador escolhe e tria. Em uma palavra analisa” (Marc Bloch, *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*, p. 128). Mais recentemente, Paul Johnson: “Composto de acontecimentos pequenos e grandes que se furtam a uma avaliação precisa, o passado é infinitamente complicado. Para obter dele um sentido, o historiador precisa selecionar, simplificar e dar forma” (Paul Johnson, *O Renascimento*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 11).

<sup>41</sup> “De um modo geral, o historiador conseguirá o tipo de fatos que ele quer. História significa interpretação” (Edward H. Carr, *O que é história?*, p. 59).

<sup>42</sup> “A história nunca é o simples recontar do passado como realmente foi. É, inevitavelmente, uma interpretação do passado, uma visão retrospectiva do passado limitada tanto pelas fontes em si quanto pelo historiador que as seleciona e interpreta” (Timothy George, *Teologia dos reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1994, p. 17).

<sup>43</sup> Ver Johan Huizinga, *El concepto de la Historia y otros ensayos*, p. 92.

<sup>44</sup> “O historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural” (Carlo Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 150).

<sup>45</sup> “A história não pode ser escrita a menos que o historiador possa atingir algum tipo de contato com a mente daqueles sobre quem está escrevendo” (Edward H. Carr, *O que é história?*, p. 60).

<sup>46</sup> “O trabalho do historiador não consiste nem em rejeitar o passado nem em idealizá-lo, mas em compreendê-lo” (Evaldo Cabral de Mello, entrevista à *Folha de São Paulo*: 31/3/1996, p. 5. Caderno “Mais!”).

<sup>47</sup> Paolo Rossi, *O nascimento da Ciência moderna na Europa*. Bauru, SP: Edusc, 2001, p. 29. Veja também Paolo Rossi, *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

<sup>48</sup> “Para que escrever a história, se não for para ajudar seus contemporâneos a ter confiança em seu futuro

sua relação epistemológica com o “fato” conhecido e consigo mesmo – com seus métodos e percepção. Assim, a simples existência desse fato determina um grau imprescindível de subjetividade.<sup>49</sup> A Ciência, seja ela qual for, não ocorre num vácuo asséptico conceitual quer seja religioso, quer filosófico, quer cultural.<sup>50</sup> A nossa percepção e ação fundamentam-se em nossos pressupostos,<sup>51</sup> os quais são reforçados, transformados, lapidados ou abandonados em prol de outros, conforme a nossa percepção dos “fatos”. A questão epistemológica antecede a *práxis* e, em grande parte, a determina. Como escreveu Burke: “Por mais que lutemos arduamente para evitar os preconceitos associados à cor, credo, classe ou sexo, não podemos evitar olhar o passado de um ponto de vista particular. O relativismo cultural obviamente se aplica tanto à própria escrita da História, quanto a seus chamados objetos. Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo por meio de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra”.<sup>52</sup> Somos, de certo modo, “domesticadores” do real por meio de nossa apropriação interpretativa, a qual segue sempre a lógica de nossa perspectiva que é decorrente de nossa posição no mundo.<sup>53</sup> Ou, como expressou De Certeau (1925-1986): “Ainda que isto seja uma redundância é necessário lembrar que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente. Com efeito, tanto uma quanto a outra se organizam em função de problemáticas impostas por uma situação”.<sup>54</sup> Consciente disso, o historiador deve ter como princípio orientador a não paixão sem medida, que o conduziria fatalmente a um bloqueio intelectual e à assunção de determinadas conclusões gratuitamente.<sup>55</sup> Por outro lado, esta consciência não nos pode conduzir ao cami-

---

e a abordar com mais recursos as dificuldades que eles encontram cotidianamente? O historiador, por conseguinte, tem o dever de não se fechar no passado e de refletir assiduamente sobre os problemas de seu tempo” (Georges Duby, *Ano 1000, ano 2000, na pista de nossos medos*. São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 1999, p. 9).

<sup>49</sup> Ver Adam Schaff, *História e verdade*, 6ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 280ss. “É preciso admitir que o conhecimento objetivo só pode ser um amálgama do que é objetivo e do que é subjetivo, dado que o conhecimento é sempre obra de um sujeito; mas é preciso também admitir que o *progresso* no conhecimento e a evolução do saber adquiridos graças a ele só são possíveis se transpondo as formas concretas, sempre diferentes, do fator subjetivo” (Adam Schaff, *História e verdade*, p. 294-295).

<sup>50</sup> Nancy R. Pearcey; Charles B. Thaxton, *A alma da Ciência*. São Paulo: Cultura Cristã, 2005, p. 9-12; 294. Posteriormente, li: “A reflexão teológica (...) nunca ocorre em um vácuo social ou cultural” (Alister E. McGrath, *Lutero e a Teologia da cruz*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2014, p. 22).

<sup>51</sup> “As pressuposições ainda determinam nossos destinos, mesmo a despeito de alguma inconsistência no caminho” (R. K. McGregor Wright, *A soberania banida: redenção para a cultura pós-moderna*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1998, p. 15).

<sup>52</sup> Peter Burke, Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro: In: Peter Burke, org. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 15.

<sup>53</sup> Ver Peter Burke, *As fortunas d’O Cortesão: a recepção europeia ao cortesão de Castiglione*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, p. 14.

<sup>54</sup> Michel De Certeau, *A escrita da História*, p. 34.

<sup>55</sup> “Obviamente o historiador, como qualquer outro indivíduo, tem suas próprias tendências ideológicas e como não é possível não tê-las, o aconselhável é tratar de submetê-las a uma vigilância permanente”

no “fácil” do ceticismo, pois aí teríamos o caos petrificado que seria por um lado a fuga do problema com o qual temos de conviver e superar, e por outro, o aniquilamento de qualquer tentativa honesta e científica de superação.<sup>56</sup> Um esforço honesto e positivo é-nos fornecido por Adam Schaff:

Um dos poderosos motores da autocrítica científica, que deveria caracterizar em permanência a obra do cientista e ser a garantia da sua vitalidade, é a consciência do condicionamento social e das limitações subjetivas do conhecimento; consciência que, sensível em primeiro lugar sob a sua forma teórica geral, conduz em seguida o cientista a pôr em questão a sua própria obra, a uma reflexão mais sistemática sobre o condicionamento social das suas próprias posições, sobre os limites e as deformações eventuais dos seus próprios pontos de vista sob o efeito do fator subjetivo.<sup>57</sup>

Como se pode depreender também, o historiador necessitará sempre de documentos. A História faz-se com documentos e com o uso que fazemos deles.<sup>58</sup> O historiador e os fatos mantêm uma relação de compromisso e identidade: eles são o que são enquanto o são para o outro. Há aqui um condicionamento recíproco entre o sujeito e o objeto. Carr observa que “o historiador não é um escravo humilde nem um senhor tirânico de seus fatos. A relação entre o historiador e seus fatos é de igualdade e de reciprocidade. Como todo historiador ativo sabe, se ele para para avaliar o que está fazendo enquanto pensa e escreve, entra num processo contínuo de moldar seus fatos segundo sua interpretação e sua interpretação segundo

---

(Evaldo Cabral de Mello, entrevista à *Folha de São Paulo*: 31/3/1996, p. 5. Caderno “Mais”). Ver, especialmente, Tucídides, *História da guerra do Peloponeso*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1982, Livro I, Cap. 21.

<sup>56</sup> “A forma mais rasteira de reconhecimento intelectual que uma pessoa, que não tem profundidade em sua análise intelectual, pode apresentar, o modo mais rápido e vil para alcançar uma respeitabilidade intelectual enganosa, é o cinismo” (R. C. Sproul, Oh! Como amo a tua lei. In: Don Kistler, org. *Crer e observar: o cristão e a obediência*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2009, p. 13).

<sup>57</sup> Adam Schaff, *História e verdade*, p. 293.

<sup>58</sup> “O historiador não é esse nigromante que nós imaginávamos, capaz de evocar a sombra do passado por meio de processos encantatórios. Não podemos alcançar o passado diretamente, mas só através dos traços, inteligíveis para nós, que deixou atrás dele, na medida em que estes traços subsistiram, em que nós os encontramos e em que somos capazes de os interpretar” (H. I. Marrou, *Do conhecimento histórico*, p. 61). Li, posteriormente, “Os fatos, mesmo se encontrados em documentos, ou não, ainda têm de ser processados pelo historiador antes que se possa fazer uso deles: o uso que se faz deles é, se me permitirem colocar dessa forma, o processo do processamento” (Edward H. Carr, *O que é história?*, p. 52). À frente: “Naturalmente, os fatos e os documentos são essenciais ao historiador. Mas que não se tornem fetiches. Eles por si mesmos não constituem a história” (Edward H. Carr, *O que é história?* p. 55). Do mesmo modo, Le Goff: “A história faz-se com documentos e ideias, com fontes e com imaginação” (Jacques Le Goff, *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980, p. 9). “Nenhuma ciência seria capaz de prescindir da abstração. Tampouco, aliás, da imaginação” (Marc Bloch, *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*, p. 130). Veja, a propósito da metodologia de Fustel de Coulanges (1830-1889), François Hartog, *O século 19 e a História: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003 e François Dosse, *A História*. Bauru, SP: Edusc, 2003, p. 44-46. Por documento é necessário que entendamos não apenas os textos escritos; daí a necessidade da interdisciplinaridade na tentativa de compreender a História...

seus fatos. É impossível determinar a primazia de um sobre o outro. (...) O historiador e os fatos históricos são necessários um ao outro. O historiador sem seus fatos não tem raízes e é inútil; os fatos sem seu historiador são mortos e sem significado”.<sup>59</sup> Isto revela, por um lado, a necessidade de cautela na elaboração de nossos juízos históricos, que, especialmente na juventude, tendem a ser tão dogmáticos e conclusivos<sup>60</sup> e, por outro lado, mostra os limites do historiador: não dispomos de tudo que precisaríamos ou gostaríamos, não conseguimos captar toda a extensão do que dispomos, não temos todas as perguntas, não encontramos todas as respostas... Somos finitos, limitados, tentando entender e sistematizar os fragmentos com os quais nos deparamos e, muitas vezes, faltam-nos mais pedaços do que de fato os temos... “O historiador deve lembrar-se a tempo que é um simples homem e que convém aos mortais pensar como mortais.”<sup>61</sup>

Devemos notar, também, que o fato de termos as mesmas evidências em mãos não nos conduz necessariamente ao mesmo ponto; os nossos pressupostos, explícitos ou não, têm papel relevante em nossas escolhas, mesmo que os neguemos... Em nome de outros pressupostos que amiúde estão na parte imersa do “iceberg”. Jacob Burckhardt (1818-1897) – um dos maiores historiadores do século 19 –, referindo-se à sua obra magna sobre o Renascimento (1855), admitiu que: “... os mesmos estudos realizados para este trabalho poderiam, nas mãos de outrem, facilmente experimentar não apenas utilização e tratamento totalmente distintos, como também ensejar conclusões substancialmente diversas”.<sup>62</sup>

Isso não significa que a História seja simplesmente “subjetiva”, antes, o que devemos ter sempre diante de nós é que a nossa interpretação não é “absoluta”, ainda que possa ser “objetiva”,<sup>63</sup> “as verdades parciais, fragmen-

<sup>59</sup> Edward H. Carr, *O que é história?*, p. 65. O conceito de “fato” em termos diferentes seria o mesmo de “acontecimento”; só há “acontecimento” se o mesmo for percebido por alguém (cf. Jean-Baptiste Duroselle, *Todo império perecerá*. Brasília, DF/São Paulo: Editora Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, p. 19). “Não há história sem acontecimentos. A história trata de acontecimentos” (Jean-Baptiste Duroselle, *Todo império perecerá*, p. 20).

<sup>60</sup> Peter Burke, revisando seu livro trinta anos depois, diz: “Em essência, contudo, sou o mesmo autor (apesar dos cabelos brancos e da crescente cautela, se não prudência), e este é o mesmo livro” (Peter Burke, *O renascimento italiano: cultura e sociedade na Itália*. São Paulo: Nova Alexandria, 1999, p. 19). Marc Bloch (1886-1944), em suas anotações inacabadas, reflete: “Quanto a isso, o que me importa a decisão retardatária de um historiador? Apenas lhe pedimos que não se deixe hipnotizar por sua própria escolha a ponto de não mais conceber que uma outra, outrora, tenha sido possível. A lição do desenvolvimento intelectual da humanidade é no entanto clara: as ciências sempre se mostram mais fecundas e, por conseguinte, muito mais proveitosas, enfim, para a prática, na medida em que abandonam mais deliberadamente o velho antropocentrismo do bem e do mal” (Marc Bloch, *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*, p. 127).

<sup>61</sup> H. I. Marrou, *Do conhecimento histórico*, p. 51. Ver Adam Schaff, *História e verdade*, p. 284.

<sup>62</sup> Jacob Burckhardt, *A cultura do renascimento na Itália: um ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 21. Do mesmo modo Delumeau: “Identificar um caminho não implica achá-lo sempre belo, como não implica que não haja outro possível” (Jean Delumeau, *A civilização do renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, v. I, p. 21).

<sup>63</sup> Cabe aqui uma distinção entre “objetividade psicológica”, que seria uma espécie de ausência de preconceitos ou falta de compromisso com o tema, e “objetividade racional”, que consiste na capacidade de entender o assunto em pauta, discernindo o que é positivo e bem fundamentado do seu oposto. A “objetividade

tárias, não são erros; constituem verdades objetivas, se bem que incompletas”. Portanto, nem por isso aquilo que fazemos hoje como historiador é sem valor. É mediante a junção, comparação e superação das interpretações que podemos cada vez mais ter uma visão mais abrangente dos fenômenos históricos, ou melhor: dos acontecimentos e, também, contribuirmos numa esteira infundável para o progresso do conhecimento.<sup>64</sup> A figura do gigante usada para referir-se à Ciência<sup>65</sup> também pode ser utilizada aqui: todo historiador equivale a um anão sobre os ombros de gigantes, se valendo das contribuições de seus predecessores, a fim de poder enxergar um pouco além deles.

No entanto, não deixa de ser pertinente a recomendação de Hegel (1770-1831) aos seus alunos de filosofia (1816): “As fontes da história da filosofia não são os historiadores, mas os próprios fatos a nós presentes, ou seja, as obras dos filósofos; são estas as verdadeiras e próprias fontes, e quem quiser estudar a sério a história da filosofia deve remontar a elas”.<sup>66</sup>

### OS PRESSUPOSTOS E O MÉTODO

Na busca de compreensão e expressão do que percebemos, revelamos no que cremos e, conseqüentemente, quem somos aos nossos próprios olhos, deixando transparecer, inconsciente e, por vezes, inconsistentemente, quem somos.

---

racional” indica o fato de que termos posições definidas em determinados assuntos não nos impede de analisar com clareza e integridade as posições diferentes. O nosso viés pode dificultar, porém, não impossibilita a nossa avaliação “objetiva” da realidade. Caso contrário, seria impossível, por exemplo, ser um professor academicamente honesto (ver J. P. Moreland; William L. Craig, *Filosofia e cosmovisão cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2005, p. 192-193).

<sup>64</sup>O próprio Burke, passando em revista a contribuição da *Escola de Annales*, resume: “Da minha perspectiva, a mais importante contribuição do grupo de *Annales*, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais (...) A historiografia jamais será a mesma” (Peter Burke, *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991, p. 126-127).

<sup>65</sup>Analogia feita primariamente por João de Salisbury (c. 1110-1180) (cf. N. Abbagnano; A. Visalberghi, *Historia de la Pedagogía*, Novena reimpressão. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 203). Parece que esta figura também foi empregada por outro teólogo medieval, “que morreu quase 300 anos antes de Lutero nascer...”, Pedro de Blois (cf. Timothy George, *Teologia dos Reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1994, p. 23). Newton, mais tarde (5/2/1676), em carta a Robert Hooke, supostamente referindo-se a Kepler (1571-1630), Galileu (1564-1643) e Descartes (1596-1650), entre outros, também faria uso desta analogia (ver N. Abbagnano; A. Visalberghi, *Historia de la Pedagogía*, p. 280; Stephen Hawking, *Os gênios da Ciência: sobre os ombros do gigante: as mais importantes ideias e descobertas da física e da astronomia*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005, p. XI, 441).

<sup>66</sup>G. W. F. Hegel, *Introdução à história da Filosofia*, 3ª ed. Coimbra: Arménio Amado-Editor, Sucessor, 1974, p. 166. Por outro lado, Hegel sabia da impossibilidade de praticar isso ao pé da letra: “É certo que, por serem muito numerosas, não se pode seguir este único caminho; para muitos filósofos é inevitável termo-nos de servir de outros escritores, e, para alguns períodos, as obras fundamentais dos quais nos não chegaram, por exemplo, para a mais antiga filosofia grega, forçoso é recorrer a historiadores e a outros escritores...” (*Ibidem*, p. 167).